

LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

**INCLUINDO LEGISLAÇÃO
COMPLEMENTAR CORRELATA**

Organização, notas e revisão:

Renato Geraldo Mendes
Anadricea Vicente de Almeida
Alessandra Corrêa Santos

40ª Edição
rev. e atual.

The logo for ZENITE, featuring a stylized five-pointed star above the word "ZENITE" in a bold, sans-serif font.

Lei de licitações e contratos administrativos: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores / Organização, notas e revisão por Renato Geraldo Mendes, Anadriça Vicente de Almeida e Alessandra Corrêa Santos. 40. ed. rev. e atual. Curitiba: Zênite, 2019.

Inclui índice e legislação complementar correlata.

1. Lei de Licitação – Brasil 2. Contrato Administrativo Legislação – Brasil.

I. Título.

ISBN: 978-85-99369-36-4

1164837

TODOS OS DIREITOS DESTA EDIÇÃO SÃO RESERVADOS À

ZÊNITE EDITORA

Av. Sete de Setembro, 4698 - 3º andar
Batel - 80.240-000 - CURITIBA - PR
Fone/Fax (041) 2109-8666

***Proibida a reprodução total ou parcial desta obra,
por qualquer meio eletrônico, mecânico, inclusive
por processos reprográficos, sem autorização
expressa da Zênite Editora.***

Diagramação:

Joelma Staviski Sanchez Gomes

Capa:

Celso Bock

**Impresso no Brasil
Junho de 2019**

SUMÁRIO

LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

- LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993.** ----- 13
Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- PORTARIA Nº 306, DO MPOG, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2001.** ----- 95
Aprova a implantação do Sistema de Cotação Eletrônica de Preços - Módulo do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG.

PREGÃO

- LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002.** ----- 105
Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.
- DECRETO Nº 5.450, DE 31 DE MAIO DE 2005.** ----- 112
Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.
- DECRETO Nº 3.555, DE 8 DE AGOSTO DE 2000.** ----- 123
Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.
- ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 2, DA SEGES/MP, DE 6 DE JUNHO DE 2016.** ----- 131
Dispõe sobre os procedimentos que os pregoeiros e equipes de apoio deverão adotar nos processos de aquisição de materiais e serviços, visando o aperfeiçoamento dos procedimentos realizados nos pregões eletrônicos.

REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (RDC)

- LEI Nº 12.462, DE 4 DE AGOSTO DE 2011.** ----- 137
Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a legislação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a legislação da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); cria a Secretaria de Aviação Civil, cargos de Ministro de Estado, cargos em comissão e cargos de Controlador de Tráfego Aéreo; autoriza a contratação de controladores de tráfego aéreo temporários; altera as Leis nºs 11.182, de 27 de setembro de 2005, 5.862, de 12 de dezembro de 1972, 8.399, de 7 de janeiro de 1992, 11.526, de 4 de outubro de 2007, 11.458, de 19 de março de 2007, e 12.350, de 20 de dezembro de 2010, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e revoga dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998.
- DECRETO Nº 7.581, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011.** ----- 163
Regulamenta o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC, de que trata a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.

ESTATAIS

- LEI Nº 13.303, DE 30 DE JUNHO DE 2016.** ----- 195
Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- DECRETO Nº 8.945, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.** ----- 235
Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO (LINDB)

LEI Nº 13.655, DE 25 DE ABRIL DE 2018. ----- 263

Inclui no Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público.

DECRETO-LEI Nº 4.657, DE 4 DE SETEMBRO DE 1942.----- 266

Alterado pela Lei nº 13.655/2018.

DECRETO Nº 9.830, DE 10 DE JUNHO DE 2019. ----- 272

Regulamenta o disposto nos art. 20 ao art. 30 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, que instituiu a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro

REGISTRO DE PREÇOS

DECRETO Nº 7.892, DE 23 DE JANEIRO DE 2013.----- 281

Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6, DA SLTI DO MPOG, DE 25 DE JULHO DE 2014.---- 291

Dispõe sobre o remanejamento das quantidades previstas para os itens com preços registrados nas Atas de Registro de Preços.

PESQUISA DE PREÇOS

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DA SLTI DO MPOG, DE 27 DE JUNHO DE 2014. ----- 295

Dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS

LEI Nº 6.019, DE 3 DE JANEIRO DE 1974.----- 299

Dispõe sobre o Trabalho Temporário nas Empresas Urbanas, e dá outras Providências.

DECRETO Nº 9.507, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018. ----- 305

Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

PORTARIA Nº 443, DO MP, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018. ----- 310

Estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DA SEGES DO MP, DE 26 DE MAIO DE 2017. ----- 312

Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

LEI Nº 8.248, DE 23 DE OUTUBRO DE 1991.----- 395

Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências.

DECRETO Nº 7.174, DE 12 DE MAIO DE 2010. ----- 406

Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela Administração Pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DA SGD DO ME DE 4 DE ABRIL DE 2019. ----- 411

Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DA SGD DO ME DE 4 DE ABRIL DE 2019 433
Regulamenta o art. 9º-A do Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011, e o art. 22, § 10 do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e dispõe sobre a composição e as competências do Colegiado Interno de Referencial Técnico.

PORTARIA Nº 1, DA SGD DO ME DE 4 DE ABRIL DE 2019. 436
Dispõe sobre o preenchimento do Autodiagnóstico no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF.

PORTARIA Nº 778, DA SGD DO ME DE 4 DE ABRIL DE 2019. 437
Dispõe sobre a implantação da Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação nos órgãos e entidades pertencentes ao Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal - SISF.

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

DECRETO Nº 7.983, DE 08 DE ABRIL DE 2013.----- 443
Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências.

MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006. ----- 451
Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

DECRETO Nº 6.451, DE 12 DE MAIO DE 2008. ----- 519
Regulamenta o art. 56 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a constituição do Consórcio Simples por microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional.

DECRETO Nº 8.538, DE 6 DE OUTUBRO DE 2015. ----- 522
Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.

CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

DECRETO Nº 7.746, DE 5 DE JUNHO DE 2012. ----- 531
Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP.

DECRETO Nº 2.783, DE 17 DE SETEMBRO DE 1998. ----- 535
Dispõe sobre proibição de aquisição de produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDO, pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DA SLTI DO MPOG, DE 19 DE JANEIRO DE 2010. --- 537
Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

ANTICORRUPÇÃO

LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013. ----- **543**

Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

DECRETO Nº 8.420, DE 18 DE MARÇO DE 2015. ----- **551**

Regulamenta a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira e dá outras providências.

TABELA DE VALORES

TABELA DA LEI Nº 9.648, DE 27 DE MAIO DE 1998.----- **567**

ÍNDICES

ÍNDICE POR ASSUNTO DA LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993. ----- **571**

ÍNDICE POR ASSUNTO DA LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002 ----- **597**